

PREGÃO ELETRÔNICO nº 036/13

Processo TRT6 nº 014/2013

OBJETO	<u>Registro de Preços</u> – Aquisição de <u>uniformes táticos</u> para os servidores do Grupo Especial de Segurança do TRT da 6ª Região.
BASE LEGAL	Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos nºs 6.204/2007, 5.450/2005 e 7.892/2013.
TIPO	MENOR PREÇO
DATA DA ABERTURA	20 de junho de 2013
HORÁRIO	10:00 HORAS
LANCES	14:00 HORAS
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília/DF
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região – Cais do Apolo, 739 - 3º andar (Coordenadoria de Licitações e Contratos) - Bairro do Recife - Recife/PE - CEP: 50030-902 Fones/Fax: (81) 3225-3440 / 3225-3445 ou 3225-3444 e-mail: cpl@trt6.jus.br
EDITAL	1) www.trt6.jus.br (links: Transparência – Contas Públicas – Licitações - Licitações em Andamento) 2) www.licitacoes-e.com.br

**Retire o edital gratuitamente pelos portais.
www.trt6.jus.br e www.licitacoes-e.com.br**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO
Serviço de Licitações e Contratos – SLC
Cais do Apolo, 739 – 3º andar – RECIFE/PE – CEP 50.030-90 2
Fones: (81) 3225-3445 / 3444 e FAX: (81) 3225-3442

PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 nº 036/13

Processo nº 014/2013

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO, situado no endereço em epígrafe, por meio do Pregoeiro, designado pela Port. TRT-SA nº 06/2013, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará PREGÃO, através de sistema eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei nº 8.666/93, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nºs 5.450/2005, 6.204/07 e 7.892/2013, e consoante as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo “Licitações”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (www.bb.com.br), cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos utilizam recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

A sessão de abertura de propostas ocorrerá no dia **20/06/2013, às 10:00 horas**, fixando-se, ainda, o dia **20/06/2013, às 14:00 horas** para a sessão de lances.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, fixando outra data.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

1.0 – DO OBJETO

1.1 – A presente licitação consiste no Registro de Preços para eventual aquisição de uniformes táticos (calças, cintos, bonés e camisas) para os servidores do Grupo Especial de Segurança do TRT da 6ª Região, em conformidade com as especificações e condições constantes do Termo de Referência (Anexo I deste edital).

1.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

- Anexo I** Termo de Referência.
- Anexo II** Exigências para Habilitação.
- Anexo III** Modelo da Proposta de Preço
- Anexo IV** Modelo da Declaração do cumprimento ao Art.27, inc.V da Lei 8.666/93
- Anexo V** Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação
- Anexo VI** Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- Anexo VII** Minuta da Ata de Registro de Preços

2.0 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

2.1.1 - Exerçam atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

2.1.2 - Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital.

2.1.3 - Comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos no Anexo II deste Edital.

2.2 – Não poderão participar deste Pregão empresas:

2.2.1 – suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região;

2.2.2 – declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.2.3 – estrangeiras que não funcionem no país;

2.2.4 – que tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;

2.2.5 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação ou em recuperação judicial;

2.2.6 – que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal);

2.2.7 – em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.2.8 – sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.0 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1 – Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.

3.2 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail cpl@trt6.jus.br.

4.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 – coordenar o processo licitatório;

4.1.2 – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

4.1.3 – conduzir a sessão pública na internet;

4.1.4 – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

4.1.5 – dirigir a etapa de lances;

4.1.6 – verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.7 – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

4.1.8 – indicar o vencedor do certame;

4.1.9 – adjudicar o objeto quando não houver recurso;

4.1.10 – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

4.1.11 – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

5.0 – DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “licitacoes-e” DO BANCO DO BRASIL S.A.

5.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas através das Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País.

5.1.1 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site ***www.licitacoes-e.com.br***, opção ***"Acesso Identificado"***.

5.2 – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

5.3 – As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no *licitações-e*.

5.4 – Sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 6ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7 – É de inteira e exclusiva responsabilidade do pretenso licitante o acesso à senha, aos dados, à chave de identificação, bem como o envio das propostas até a data e horário limite para o acolhimento.

6.0 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1 – A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”, observando data e horário limite estabelecidos.

6.2 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 – Caberá ao fornecedor toda diligência necessária no momento do cadastramento de sua proposta, sobretudo no tocante a antecedência necessária em relação à data prevista para abertura das propostas.

6.3.1 – Caberá, ainda, ao licitante, em caso de intercorrências no sistema, direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, ao suporte técnico do Banco do Brasil por meio dos telefones 3003-0500 (Capitais e Regiões Metropolitanas) e 08007290500 (Demais Regiões).

6.3.2 – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores (inclusive pedido de desistência de propostas), decorrentes da não observância do disposto nos subitens acima, sujeitando-se as penalidades previstas na legislação pertinente.

6.4 – Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.0 – DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

7.1 – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.

7.1.1 - O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2 – Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda que o objeto ofertado atenderá a todas as especificações constantes do ANEXO I (Termo de Referência) deste edital.

7.3 – A proposta cadastrada no campo próprio do sistema (www.licitacoes-e.com.br) deverá conter:

7.3.1 – A indicação da **marca, modelo e/ou fabricante** do produto ofertado.

7.3.2 – O **valor total do item** cotado, expresso em moeda corrente nacional (R\$ - Real).

7.3.2.1 – Considerar-se-ão inclusos no preço apresentado todos os tributos, taxas, e encargos, enfim, todas as despesas inerentes ao atendimento das condições contidas neste edital e na proposta.

7.3.3 – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para abertura do certame.

7.3.4 – Prazo de entrega: máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

7.3.5 – Prazo de garantia: mínimo de 06(seis) meses, a contar do recebimento definitivo.

7.3.6 – A omissão do previsto nos subitens 7.3.1 e 7.3.2 implicará a desclassificação da proposta, sempre que os dados informados não permitirem a aferição da compatibilidade da proposta com o objeto licitado.

7.3.7 - A omissão dos prazos indicados nos subitens 7.3.3 a 7.3.5 não implicará a desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita dos prazos referidos.

7.4 – É facultada a inclusão de Anexo (arquivo) no campo próprio do sistema eletrônico, sendo vedada a **identificação do licitante**.

7.4.1 – Quaisquer elementos, tais como: número de telefone/fax, endereço de e-mail, número do CNPJ, dados bancários etc., que possa identificar o licitante importará a desclassificação da proposta.

7.4.2 – O arquivo deverá ser anexado, quando for o caso, no formato PDF, ou desenvolvido na versão Office 2003.

7.4.2.1 – A não observância do disposto no subitem acima poderá acarretar a desconsideração do anexo.

7.5 – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá sofrer quaisquer retificações, ressalvada a hipótese de alteração de preço resultante de lance.

7.6 – A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.7 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.0 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

8.1 – A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no subitem 6.1.

8.2 – A presente licitação classifica-se pelo critério de **MENOR PREÇO (Valor total do item)**, desde que atendidas as especificações constantes neste Pregão.

8.3 – Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas pelo Pregoeiro as que estiverem em desacordo.

8.3.1 – Será desclassificada a proposta que:

8.3.1.1 – apresentar defeito capaz de dificultar o julgamento;

8.3.1.2 – contrariar disposição constante deste Edital ou das normas legais previstas no preâmbulo deste edital;

8.3.1.3 – prever majoração do preço cotado em razão de expectativa inflacionária ou variação cambial;

8.3.1.4 – apresentar uma segunda opção ou custo adicional;

8.3.1.5 – houver identificação do licitante;

8.3.1.6 – for reprovada pela análise fundamentada do gestor do contrato.

8.3.1.7 – Por inobservância do disposto nos subitens 7.3.6 e 7.4 deste edital.

8.4 – Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

8.5 – Não havendo lances ou em qualquer outra situação, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado pela Administração para a contratação.

9.0 – DOS LANCES

9.1 – No horário previsto no edital, terá início a sessão de disputa de preços entre os licitantes classificados pelo pregoeiro.

9.1.1 – Os lances deverão ser oferecidos pelo **PREÇO TOTAL DO ITEM**.

9.2 – Os licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2.1 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.2.2 – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.2.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.3 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4 – O tempo normal da etapa de lances será encerrado, a critério do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos aleatoriamente, findo o qual estará encerrada definitivamente a recepção de lances.

9.5 – Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.5.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.5.2 – não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 9.5, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.5.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 9.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.5.4 – o licitante enquadrado nos termos do subitem 9.5 deverá remeter a declaração constante no Anexo VI do edital da mesma forma e no mesmo prazo do subitem 10.5 a seguir. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.5.4.1 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.6 – Finda a etapa de lances, será imediatamente informada a proposta de menor preço.

10.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.1.1 – O limite de preços que serve de parâmetro para a aceitabilidade da(s) proposta(s), inclusive quanto aos valores unitários para cada item, é parte integrante do termo de referência (anexo I deste edital).

10.1.2 – O licitante que ofertou o melhor lance deverá remeter, imediatamente, preferencialmente via correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br ou pelo FAX: (81) 3225-3446, com posterior encaminhamento dos originais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação a proposta adequada ao menor valor obtido na sessão virtual de lances, contendo a descrição dos itens e todas as especificações mínimas exigidas, nos termos do Anexo I deste edital, e ainda:

10.1.2.1 – Dados cadastrais bancários (código e nome do banco e da agência, cidade e unidade federativa, número da conta).

10.1.2.2 - A conta indicada deve estar vinculada ao número de CNPJ (ou CPF) constante nos documentos juntados aos autos por ocasião da habilitação.

10.1.2.3 - Endereço e número(s) de telefone(s) e fac-símile do escritório.

10.1.2.4 - Nome completo do representante para contato.

10.1.2.5 - Dados do representante legal da empresa ou do profissional que assinará a proposta de preços: nome completo, número do RG e identificação do órgão expedidor; número do CPF; endereço residencial.

10.1.3 – Será desclassificada do certame a proposta de preços apresentada em desacordo com a proposta eletrônica inicialmente cadastrada.

10.2 - Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.3.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para este TRT da 6ª Região.

10.3 – É facultada ao Pregoeiro a solicitação de amostra, à empresa licitante que ofertou o menor preço, para verificação de sua conformidade com o objeto desta licitação, a qual deverá ser enviada no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da solicitação, sem ônus para a Administração, sob pena de desclassificação da proposta no referido item.

10.3.1 – Os parâmetros/critérios utilizados pelo Gestor para julgamento das amostras enviadas constam do Anexo I (termo de referência).

10.3.2 – Será desclassificada a proposta que tiver sua amostra rejeitada após análise da unidade requisitante desta contratação, cuja motivação for aceita pelo Pregoeiro.

10.4 – É facultada a solicitação de amostra ao licitante que ofereceu o menor preço, para verificação de sua conformidade com o objeto desta licitação, a qual deverá ser enviada no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação, sem ônus para a Administração, sob pena de desclassificação do licitante no referido item.

11.0 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Encerrada a etapa de lances, examinada a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro efetuará consultas no SICAF para comprovar a regularidade da habilitação do licitante, ocasião em que será verificado o cumprimento das demais exigências para habilitação.

11.1.1 – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica e financeira, qualificação técnica (se exigível) e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, todos relacionados no ANEXO II deste edital.

11.2 – Os documentos relativos aos requisitos de habilitação porventura não compreendidos no SICAF deverão ser remetidos imediatamente, preferencialmente, via **correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br ou**

pelo FAX: 81-3225-3438, com o posterior encaminhamento do original, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da sessão de disputa de preços, sob pena de inabilitação.

11.3 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.6 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo manifestação da intenção de recorrer, ser-lhe-á adjudicado o respectivo objeto.

11.7 – Se o adjudicatário não apresentar situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho estará sujeito às penalidades previstas no item 21.0. Neste Caso, o Pregoeiro ainda examinará a oferta subsequente e a habilitação do respectivo proponente, sucessivamente, observada a ordem de classificação, até encontrar uma que atenda ao edital de licitação, quando procederá às negociações para redução do preço ofertado.

12.0 – DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor, submetendo-o à homologação.

12.1.1 – Na hipótese de interposição de recurso, caberá a autoridade superior a adjudicação do objeto deste certame à empresa vencedora após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados.

13.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Após homologado o resultado desta licitação, o TRT 6ª Região convocará o proponente vencedor para a assinatura da Ata de registro de preços (Anexo VII).

13.2 - Após convocação, a ata deverá ser devolvida, devidamente assinada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única vez, a critério do TRT 6ª Região, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/05 e das penalidades contidas no item 22.0 deste edital.

13.3 - Ao assinar a ata de registro de preços, a empresa beneficiária obriga-se, mediante recebimento de nota de empenho, a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

13.4 - A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

13.5 - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços deverão consultar o órgão gerenciador da ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.1 - Caberá ao fornecedor, beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que

não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.2 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.6 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.7 – Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

13.8 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.9 - Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços ou a contratar com a Administração quando da efetiva aquisição e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, serão convocados os licitantes na ordem de classificação da Ata de Registro de Preços sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto neste edital.

13.10 – Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

13.10.1 – Os licitantes informarão da redução do preço no CHAT DE MENSAGENS do Sistema licitações-e, até o momento da adjudicação da licitação.

13.10.2 – A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.11 – Após a homologação da licitação, serão registrados na Ata de Registro de Preços (Anexo VII), nesta ordem:

13.11.1 – Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

13.11.2 – Os preços e quantitativos dos licitantes que aceitaram cotar o valor igual ao do licitante mais bem classificado.

13.11.2.1 – Se houver mais de um licitante na situação que trata o subitem acima, deverá ser obedecida a ordem de classificação da licitação.

13.11.2.1.1 – Esse tipo de registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para contratação pelo mesmo preço do primeiro colocado, no caso de exclusão desse da Ata, nas hipóteses previstas no subitem 16.0.

13.11.3 – A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

14.0 – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14.1.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRT 6ª Região (órgão gerenciador) deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.1.1.1 - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e os demais fornecedores serão convocados visando igual oportunidade de negociação.

14.1.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) poderá:

14.1.2.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.1.2.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.2 - Não havendo êxito nas negociações, o TRT 6ª Região (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da ata de registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.2 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

15.0 - DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata.

16.0 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1 - descumprir as condições da ata de registro de preços;

16.1.2 - não retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.1.4 - tiver presentes razões de interesse público.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado através de despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

17.0 - DA CONTRATAÇÃO

17.1 – Será contratada a empresa classificada cuja proposta tenha sido homologada; e procedido regularmente à assinatura da Ata de Registro de Preços.

17.2 - A empresa contratada deverá apresentar amostras para o item 01(calça) nos tamanhos 38 e 42 e para o item 04(camisa), nos tamanhos P, M e G, com a finalidade de checagem da real dimensão do objeto, minimizando assim problemas de trocas e ajustes.

17.2.1 - O prazo para entrega das amostras previstas no subitem 17.2 é de 15(quinze) úteis a contar da ordem de fornecimento.

17.2 – A Administração indicará de forma precisa, individual e nominal, agente responsável para acompanhar e fiscalizar o objeto contratado, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

17.3 - É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta licitação.

18.0 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS BENS

18.1 – Os itens 02 (cinto) e 03 (boné) deverão ser entregues, a Secretaria de Segurança, Transporte e Telefonia, na Sede do TRT da 6ª Região, no Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife/Pe, sem custo adicional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da ordem de fornecimento.

18.2 – Quanto ao item 01(calça) e 04(camisa), serão entregues após aprovação das amostras apresentadas pela contratada e indicação da quantidade de cada numeração, nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739 – Bairro do Recife – Recife – PE – CEP 50030-902, onde, sob a supervisão do contratante, será efetuada a análise de conformidade dos itens com as exigências constantes no edital.

18.3. Os produtos deverão ser entregues no horário comercial, das 9h às 17h de segunda a sexta-feira.

18.4 – A CONTRATADA se responsabilizará pelos ajustes nas peças, quando necessário, sem a cobrança de qualquer valor adicional por tais serviços.

18.4.1 – Os ajustes necessários deverão ser realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da entrega;

18.5 - Os materiais somente serão recebidos se acompanhados da respectiva NOTA FISCAL, na qual deve constar referência ao processo licitatório: Processo nº 014/2013 e à respectiva nota de empenho.

18.6- O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações do objeto licitado, a qual será realizada em até 05 (cinco) dias úteis. Só então será atestada a nota fiscal (recebimento definitivo).

18.7– Serão recusados os produtos que apresentarem defeitos, ou cujas especificações não correspondam às especificações descritas no Edital.

18.8 – A empresa contratada deverá reparar, remover ou substituir, às suas expensas, os materiais e equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, a contar da notificação para tal.

18.9 - Se o licitante vencedor deixar de entregar o objeto contratado, a Administração poderá rescindir o contrato e convocar as empresas licitantes remanescentes para fazê-lo, obedecida a ordem de classificação da Ata de Registro de Preços e examinada a aceitabilidade das propostas quanto ao objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto neste edital.

18.10 - Para os Órgãos Não Participantes, os materiais deverão ser entregues no endereço por eles indicados.

19.0 – DO PAGAMENTO

19.1 – O pagamento será efetuado pela Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT à empresa contratada, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital.

19.2 – O pagamento será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

19.2.1 - O Gestor desta contratação atestará a nota fiscal em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega, com ou sem ressalva.

19.2.2 - No caso da nota fiscal ser atestada com ressalva de que ocorreu fato passível de aplicação de penalidade contratual, a CONTRATADA, após a ciência do fato, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar o ocorrido, devendo o gestor, decorrido este período, encaminhar o processo à Administração para as medidas cabíveis.

19.3 - Caso o contratante ultrapasse o prazo estipulado para pagamento, e desde que tenha dado causa ao atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida por este Tribunal, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

19.4 – A compensação financeira prevista neste subitem será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

20.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 – As despesas correspondentes ao objeto desta licitação têm por classificação: elemento de despesa – 3390.30.23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos, do Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0026 – Aprec. De Causas da Justiça do Trabalho do Est. de PE – Plano Orç. 01, do orçamento deste TRT 6ª Região.

21.0 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

21.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do pregoeiro eletrônico.

21.2 – Após a declaração do vencedor, no momento imediatamente seguinte à sessão de lances, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante inconformado com a decisão do pregoeiro deverá registrar, de imediato, em campo próprio do sistema, os motivos de sua intenção de recorrer, sob pena de decadência, sendo-lhe, então, concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões em igual prazo, contados do término do prazo do recorrente.

21.2.1 – Na impossibilidade de conclusão do certame nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro concederá posteriormente, quando da declaração de vencedor, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para o registro em campo próprio do sistema dos motivos da intenção de recurso, procedendo-se a partir de então conforme disposição do subitem 21.2 deste edital.

21.3 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

21.4 - As razões e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do edital, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro no endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, localizado no Cais do Apolo nº 739 - 3º andar – Bairro do Recife - Recife/PE, em dias úteis, no horário das 08 às 17 horas, o qual deverá

receber, examinar, decidir e, conforme o caso, submetê-las à autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

21.5 – Qualquer interessado poderá solicitar cópias dos documentos juntados aos autos do processo, desde que feita por meio de requerimento ao Pregoeiro.

21.5.1 – A concessão das cópias requeridas, conforme subitem acima, dependerá da apresentação de Guia de Recolhimento da União - GRU, devidamente autenticada pelo Banco do Brasil, no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos de real), por folha.

21.5.1.1 - A retirada da GRU se dará por meio da internet, página (www.stn.fazenda.gov.br), link SIAFI - Sistema de Administração Financeira (lado esquerdo) Guia de Recolhimento da União - Impressão - GRU Simples.

21.5.1.1.1 - Para o correto preenchimento dos dados obrigatórios solicitados no formulário (GRU), a empresa interessada deverá indicar: UG: 080006, GESTÃO: 00001, CÓDIGO DE RECOLHIMENTO: 18806-9, REFERÊNCIA: 0012011, CNPJ DA EMPRESA INTERESSADA, NO VALOR TOTAL DAS CÓPIAS SOLICITADAS.

22.0 - DAS PENALIDADES

22.1 - O licitante vencedor que descumprir as condições do presente Pregão ficará sujeito às penalidades previstas na legislação, aplicáveis na forma constante neste edital e legislação vigente.

22.2 - A multa por inexecução total desta contratação será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

22.3 - Em se tratando de inexecução parcial desta contratação, observar-se á:

22.3.1 - Quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada;

22.3.2 - Quando se tratar de atraso na execução desta contratação, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total desta contratação até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem 22.3.1, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

22.4 - O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado comprovante ao Setor Financeiro da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação; ou pode ser abatido do pagamento a que a empresa Contratada fizer jus ou será cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93.

22.5 - A aplicação da multa a que se referem os itens 22.2 e 22.3 deste edital não exclui a possibilidade de a Administração rescindir a Ata de Registro de Preço ou aplicar a suspensão do direito de licitar com a União e ser descredenciado do SICAF por um período de até cinco anos; sem prejuízo das demais cominações previstas no Decreto nº 5.450/05 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

23.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – O sistema eletrônico produzirá ata circunstanciada da sessão pública, após o encerramento do certame, a qual ficará acessível no portal www.licitacoes-e.com.br.

23.2 – É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

23.3 – A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do TRT 6ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.4 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT 6ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.5 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes neste Regional.

23.7 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.9 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.10 – Em caso de divergência entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

23.11 - O Contratante publicará o extrato da homologação da licitação, na Seção 3 do Diário Oficial da União.

23.12 - O edital encontra-se disponível nos “sites” www.trt6.jus.br ou www.licitacoes-e.com.br, bem como poderá ser retirado no Serviço de Licitações e Contratos, situado no Cais do Apolo, 739 - 3º andar - Bairro do Recife, Recife/PE no horário das 8 às 17 horas.

23.13 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.

23.14 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Recife, Seção Judiciária de Pernambuco para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Recife(PE), 06 de junho de 2013

ANA LYLIA FARIAS GUERRA
Pregoeira – Port. TRT-SA nº06/2013

ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)

PROCESSO n° 014/2013

PREGÃO ELETRÔNICO N°36/2013

1) OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo consiste no **Registro de Preços para a eventual aquisição de uniformes táticos, tais como, calças táticas, cintos táticos, bonés táticos e camisas táticas para servidores pertencentes ao Grupo Especial de Segurança** do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

2) ESTIMATIVAS DE CUSTO:

2.1. Em conformidade com as pesquisas de preços elaboradas pela Seção de Compras da Coordenadoria de Licitações e Contratos.

3) JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO PARA AQUISIÇÕES:

3.1. Os inúmeros acontecimentos recentes mostram, claramente, um aumento significativo nos atos de violência contra autoridades e servidores do Poder Judiciário, inclusive gerando preocupação no Conselho Nacional de Justiça, que editou Resolução 104/2010 que dispõe sobre medidas administrativas para a Segurança nos Tribunais. Dessa forma, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com o intuito de se alinhar as pretensões do CNJ, resolveu criar um grupo de segurança diferenciado capaz de lidar com situações de risco que requer atuação de uma segurança especializada.

Sendo assim, para proporcionar ao Grupo Especial de Segurança (GES) condições adequadas de trabalho, se faz necessária a aquisição dos equipamentos ora descritos neste Termo de Referência.

3.2. A aquisição de uniformes constantes no ANEXO I objetiva dotar os servidores integrantes do Grupo Especial de Segurança (GES), de fardamentos táticos que lhe garantam a apresentação e segurança, e que sejam adequados ao desempenho das atividades inerentes ao respectivo cargo;

3.3. A qualidade exigida para os produtos, inclusive as especificações constantes no ANEXO I, constituem-se em condições necessárias para a aquisição de produtos que suportem o uso contínuo, sem sofrerem danos ou deformações em curto espaço de tempo;

3.4. O agrupamento dos itens em lotes tem como objetivo manter um padrão único de qualidade, através da uniformidade dos fardamentos, mantendo em lotes específicos as peças dos uniformes necessários a uma boa apresentação pessoal;

3.5. Considerando que o Grupo Especial de Segurança (GES) encontra-se em formação e que até o final do ano de 2014 outros agentes, além dos 08 (oito) já nomeados, se submeterão a testes que comprovem aptidão para serem integrados ao grupo; considerando que existe a expectativa do grupo, de que até o final do exercício de 2014, ser composto por 15 (quinze) agentes; considerando ainda que as aquisições, se darão de forma fracionada, tendo em vista o fato de que o grupo se encontra em formação e, dessa forma, não está compostos com o número de integrantes suficiente para o seu melhor desempenho, em sendo assim, justifica-se as aquisições através de Ata de Registro de Preço que é a modalidade que melhor se adequa ao fracionamento das aquisições e garante a economia de escala, pois gera-se uma expectativa de compra de uma maior quantidade de produtos a uma mesma empresa acarretando assim uma redução no preço unitário;

4) ESPECIFICAÇÕES/ESTIMATIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	<u>Calça tática</u> : conforme especificações em anexo)	30	133,00	3.990,00
2	<u>Cinto tático</u> : conforme especificações em anexo)	15	57,67	865,05
3	<u>Boné tático</u> : conforme especificações em anexo)	30	32,00	960,00
4	<u>Camisa tática</u> : conforme especificações em anexo)	30	90,88	2.726,40

5) CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 – A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a descrição do item cotado, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas;

5.2 – O critério de julgamento das propostas deverá ser pelo **menor preço (valor total do item)**, onde deverá constar do edital de licitação que é facultada a solicitação de amostra ao licitante que oferecer o menor preço, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sem ônus para a Administração, onde o não atendimento acarretará a desclassificação no referido item;

5.3- Os parâmetros/critérios utilizados pelo SSTT para julgamento das amostras entregues, quando solicitadas, serão os seguintes:

5.3.1 – Verificação das características dos produtos ofertados com os especificados, tais como: material empregado, cor e tamanhos;

5.3.2 – Verificação da conformidade de cada produto ofertado com os requisitos previstos no edital;

5.3.3 - As amostras deverão atender à descrição contida no **ANEXO I**, apresentando qualidade irretocável na confecção dos produtos e adequação às especificações previstas neste Termo de Referência.

5.4. As amostras serão apresentadas no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do encerramento da fase de lances, que, estando de acordo com a descrição do objeto, serão aprovadas e, em caso contrário, reprovadas. Nesta última hipótese, será convocado o licitante seguinte para apresentar a amostra do item rejeitado.

5.5. As amostras serão apresentadas ao Diretor do Serviço de Segurança, Transportes e Telefonia, a quem caberá certificar a sua aprovação ou rejeição, nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739 – Bairro do Recife – Recife – PE – CEP 50030-902 a quem caberá certificar a sua aprovação ou rejeição.

6) DEVERES DA CONTRATADA

6.1. A empresa contratada deverá apresentar amostras para o item 01(calça) nos tamanhos 38 e 42 e para o item 04(camisa), nos tamanhos P, M e G, com a finalidade de checagem da real dimensão do objeto, minimizando assim problemas de trocas e ajustes.

6.1.1 O prazo para entrega das amostras previstas no subitem 6.1. deste Termo é de 15(quinze) úteis a contar da ordem de fornecimento.

6.1.2 Fornecer os produtos, com a qualidade idêntica às amostras aprovadas, nas condições e prazos previstos no Termo de Referência;

6.1.3. Efetuar os ajustes necessários, inclusive no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da entrega;

6.1.4. Entregar os bens nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739 - Bairro do Recife - Recife - Pernambuco - CEP 50030-902.

6.2. A critério exclusivo do **CONTRATANTE**, em comum acordo com a **CONTRATADA**, poderá ser definido outro local para entrega e prova dos produtos, desde que seja nas cidades de Recife, Olinda ou Jaboatão dos Guararapes, sem prejuízo da obrigatoriedade de fazer os ajustes necessários.

7) DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Receber os produtos solicitados e que estejam de acordo com o pedido e nas características equivalentes às amostras, no local previsto no Termo de Referência;

7.1.2. Atestar a nota fiscal no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da entrega definitiva dos produtos, a qual se dará após os ajustes necessários;

7.1.3. Efetuar o pagamento do objeto, em conformidade com as normas estabelecidas no Edital.

7.1.4 - Os emblemas e símbolos a serem impressos/bordados nas camisas e bonés serão providos pelo tribunal, em arquivo no formato JPEG, aos vencedores de cada item.

8) PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

8.1. A Administração indicará de forma precisa, individual e nominal, agente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços a serem contratados, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei Nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

9) SANÇÕES

9.1. As previstas no edital de licitação

10) ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS NO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. As constantes do item 04.

11) A QUANTIDADE MÍNIMA DE UNIDADES A SER COTADA

11.1. A quantidade máxima a ser registrada para o item em conformidade com a solicitação inicial.

12) DA ENTREGA

12.1. Os itens 02(cinto) e 03(boné) serão entregues nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739 – Bairro do Recife – Recife – PE – CEP 50030-902, onde, sob a supervisão do contratante, será efetuada a análise de conformidade dos itens com as exigências constantes no edital.

12.2 – Quanto ao item 01(calça) e 04(camisa), serão entregues após aprovação das amostras apresentadas pela contratada e indicação da quantidade de cada numeração, nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739 – Bairro do Recife – Recife – PE – CEP 50030-902, onde, sob a supervisão do contratante, será efetuada a análise de conformidade dos itens com as exigências constantes no edital.

12.3. A cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser acrescido, se for o caso, o prazo de até 10 (dez) dias para os ajustes necessários.

12.4. Os produtos deverão ser entregues no horário comercial, das 9h às 17h de segunda a sexta-feira.

13) PERÍODO DE GARANTIA

13.1 - Os produtos objeto deste projeto deverão apresentar garantia mínima de 06 (seis) meses contra defeito de fabricação.

14) PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

14.1. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

5) DOS ANEXOS

15.1-Contém os seguintes anexos:

Anexo I – Descrição dos uniformes;

Anexo II – Especificação das quantidades

Anexo III – Modelo de boné tático

Anexo IV – Modelo de camisa tática

16) DO ORÇAMENTO

16.1 As despesas correspondentes ao objeto a ser licitado têm por classificação: Elemento 3390.30.23 – Uniformes, tecidos e aviamentos, Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0026 – Aprec. de Causas na Just. do Trabalho no Est. de PE – Plano Orç. 01 do orçamento deste TRT 6ª Região.

ANEXO I do Termo de Referência

01	<p>Calça tática</p> <ul style="list-style-type: none">a) Calça com 06 (seis) bolsos, confeccionada em tecido RIP STOP PROFISSIONAL (70% poliéster e 30% algodão) na cor preta;b) Modelo reta, folgada até abaixo do joelho;c) Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entre pernas e fechamento gancho interlock;d) Fechamento de cócs, bolsos, tampas, vista, gancho frontal, e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passante, canto dos bolsos e junção das ilhaças);e) Os dois bolsos frontais devem ser do tipo faca;f) Espuma e dupla camada de tecido à altura do joelho.
02	<p>Cinto tático</p> <ul style="list-style-type: none">a) Utilizado para fixação de porta-acessórios e acessórios táticos;b) Cintura ajustável através de velcro;c) Fecho de abertura rápida tipo “tic-tac”;d) Cinto fino com velcro para ser utilizado internamente ao cinto, com finalidade de aumentar a fixação dos acessórios acoplados ao cinto, “underbelt”;e) Material de fabricação do cinto: Nylonf) Comprimento total: 120 a 140cmg) Largura: 2 a 5,5cm;h) Espessura: 3 a 4,5mm
03	<p>Boné tático</p> <ul style="list-style-type: none">a) Boné modelo americano com 06 (seis) gomos, em tecido brim preto;b) Regulagem em tecido e fivela de metal;c) Aba normal;d) Logotipo frontal do Poder Judiciário Federal, conforme anexo III, bordado em 7000 (sete mil) pontos.
04	<p>Camisa tática</p> <ul style="list-style-type: none">a) Camisa em tecido Dry-fit Pretob) Detalhe amarelo sob as mangas e laterais, conforme anexo IV;c) Punho canelado;d) Gola canelada, recorte com formato meia-lua em ribana e pesponto largo (6mm), conforme anexo IV;e) Barra de 20mm galoneira (bitola 6mm);f) Símbolos e logos em Silk, conforme anexo IV.

ANEXO II do Termo de Referência

Item	Produto	Quantidade Registrada	Quant. Mínima a ser cotada por item
01	Calça tática	30	30
02	Cinto tático	15	15
03	Boné tático	30	30
04	Camisa tática	30	30

ANEXO III do Termo de Referência



ANEXO IV do Termo de Referência



ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.0 – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.1 – Relativos à Habilitação Jurídica

1.1.1 - Documento de constituição jurídica da empresa: Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, (consolidado e/ou acompanhado de todas as alterações posteriores), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

1.1.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

1.2 - Relativos à Regularidade Fiscal

1.2.1 - Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (CND).

1.2.2 - Certidão de regularidade relativa ao FGTS (CRF).

1.2.3 - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal:

1.2.3.1 - Relativa aos Tributos Federais.

1.2.3.2 - Relativa à Dívida Ativa.

1.2.4 - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Estadual.

1.2.5 - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.

1.2.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/11)

1.2.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

1.3 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

1.3.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.3.1.1 - Os documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou, em se tratando de sociedades civis, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

1.3.1.2 - As empresas criadas no exercício em curso devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

1.3.1.2.1 - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à longo prazo}}$$

1.3.1.3 - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1(um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral).

1.3.2 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede (matriz) da empresa licitante **nos últimos 90 (noventa) dias**, contados da data designada no preâmbulo deste edital, ressalvada a hipótese em que conste a data de validade nesta certidão.

1.4 – Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

1.4.1 - Declaração da empresa licitante de que não emprega mão-de-obra infantil, nos moldes do Anexo IV deste Edital, devidamente assinada pelo representante legal.

2.0 – Demais disposições

2.1 - A empresa licitante, devidamente inscrita no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, regulamentado pela Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/1995) poderá deixar de apresentar os documentos exigidos nos subitens 1.2.1 a 1.2.5 e 1.3.1 deste anexo, que serão pesquisados por meio eletrônico.

2.2 - Se algum documento exigido para a habilitação constar no SICAF com a validade exaurida ou com índice de liquidez igual ou inferior a 01 (um), deverá a empresa enviar a(s) respectiva(s) certidão(ões) atualizada(s) e o Balanço Patrimonial, juntamente com os demais documentos de habilitação.

2.3 - A empresa que pretender a substituição prevista no item 2.1 deste anexo deverá apresentar Declaração de Inexist. Fato Imp. Habilitação e de ciência da obrigatoriedade de declarar a superveniência de tais fatos, sob pena de inabilitação. (Anexo II).

2.4 - Deve ser enviado, juntamente com os documentos de habilitação, comprovação que a pessoa física que assina as declarações referidas nos itens 1.5.1 e 2.3 deste anexo, está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

2.5 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados legíveis e dentro do prazo de validade nele expresso (quando houver).

2.5.1 – Se fotocópia, autenticada ou acompanhada do documento original; exceto para os documentos cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico.

2.6 – Se houver problema operacional que impossibilite a verificação por meio eletrônico a autenticidade de algum documento, o Pregoeiro diligenciará ulteriormente.

2.7 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

2.7.1 - Se o licitante for uma filial, todos os documentos os documentos em nome da filial (exceto a certidão exigida no subitem 1.3.2 deste anexo).

2.7.2 - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.8 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

2.9 – A empresa enquadrada como Microempresa e Emp. Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a declaração constante no Anexo VIII do edital, juntamente com os documentos que comprovem o seu enquadramento.

2.10 – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvado o disposto no subitem 1.2.7.

**ANEXO III
(MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS)**

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, CEP _____, fone/fax _____, e-mail: _____, para fornecimento de uniformes táticos (botas, calças, cintos, bonés e camisas), mediante registro de preços, para o Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas na Licitação Pregão Eletrônico nº **Pr-e-036/13**, (Processo nº 014/2013).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Calça tática - Calça com 06 (seis) bolsos, confeccionada em tecido RIP STOP PROFISSIONAL (70% poliéster e 30% algodão) na cor preta; Modelo reta, folgada até abaixo do joelho; Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entre pernas e fechamento gancho interlock; Fechamento de cós, bolsos, tampas, vista, gancho frontal, e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passante, canto dos bolsos e junção das ilhaças); Os dois bolsos frontais devem ser do tipo faca; Espuma e dupla camada de tecido à altura do joelho.	30		
02	Cinto tático - Utilizado para fixação de porta-acessórios e acessórios táticos; Cintura ajustável através de velcro; Fecho de abertura rápida tipo "tic-tac"; Cinto fino com velcro para ser utilizado internamente ao cinto, com finalidade de aumentar a fixação dos acessórios acoplados ao cinto, "underbelt"; Material de fabricação do cinto: Nylon; Comprimento total: 120 a 140cm; Largura: 2 a 5,5cm; h) Espessura: 3 a 4,5mm	15		
03	Boné tático - Boné modelo americano com 06 (seis) gomos, em tecido brim preto; Regulagem em tecido e fivela de metal; Aba normal; d) Logotipo frontal do Poder Judiciário Federal, conforme anexo III, bordado em 7000 (sete mil) pontos.	30		
04	Camisa tática - Camisa em tecido Dry-fit Preto; Detalhe amarelo sob as mangas e laterais, conforme anexo IV; Punho canelado; Gola canelada, recorte com formato meia-lua em ribana e pesponto largo (6mm), conforme anexo IV; Barra de 20mm galoneira (bitola 6mm); Símbolos e logos em Silk, conforme anexo IV do Termo de Referência.	30		

(*) Concordamos com todas as especificações do Edital.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital

PRAZO DE GARANTIA: Conforme edital

DADOS CADASTRAIS BANCÁRIOS COMPLETOS:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAC-SIMILE DO ESCRITÓRIO:

Local e data:

(nome do representante legal da empresa)
(nº do RG do signatário ou outro documento equivalente)
(nº do CPF do signatário)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO Decreto nº 4.358, de 05/09/2002

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico - TRT6 nº Pr-e-036/13 (Proc. TRT6 nº 014/2013)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/1993), acrescido pela Lei 9.854/99), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

()

(Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura) _____

OBSERVAÇÃO: Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina as declarações acima descritas está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ: _____, por intermédio do seu representante legalmente habilitado para tal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade de nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no procedimento licitatório Pregão nº **Pr-e-036/13** – Proc. TRT6 nº 014/2013, que não existe fato impeditivo de sua habilitação ao certame, estando ciente da obrigação de declarar a superveniência de tais fatos.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal) _____

OBSERVAÇÃO: Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina a declaração acima está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

Pr-e nº 036/13
Processo nº 014/2013

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

ANEXO VII

Minuta da Ata de Registro de Preços

Aos ____ dias do mês de _____ de 2013, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, são registrados os preços para eventual aquisição de uniformes táticos (botas, calças, cintos, bonés e camisas), entre o TRT 6ª Região e a empresa abaixo identificada, conforme resultado do Pregão Eletrônico nº 036/13.

O presente registro de preços terá vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura desta Ata.

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. registrada	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
01	Calça tática - Calça com 06 (seis) bolsos, confeccionada em tecido RIP STOP PROFISSIONAL (70% poliéster e 30% algodão) na cor preta; Modelo reta, folgada até abaixo do joelho; Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entre pernas e fechamento gancho interlock; Fechamento de cós, bolsos, tampas, vista, gancho frontal, e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passante, canto dos bolsos e junção das ilhaças); Os dois bolsos frontais devem ser do tipo faca; Espuma e dupla camada de tecido à altura do joelho.	30		
02	Cinto tático - Utilizado para fixação de porta-acessórios e acessórios táticos; Cintura ajustável através de velcro; Fecho de abertura rápida tipo "tic-tac"; Cinto fino com velcro para ser utilizado internamente ao cinto, com finalidade de aumentar a fixação dos acessórios acoplados ao cinto, "underbelt"; Material de fabricação do cinto: Nylon; Comprimento total: 120 a 140cm; Largura: 2 a 5,5cm; h) Espessura: 3 a 4,5mm	15		
03	Boné tático - Boné modelo americano com 06 (seis) gomos, em tecido brim preto; Regulagem em tecido e fivela de metal; Aba normal; d) Logotipo frontal do Poder Judiciário Federal, conforme anexo III, bordado em 7000 (sete mil) pontos.	30		
04	Camisa tática - Camisa em tecido Dry-fit Preto; Detalhe amarelo sob as mangas e laterais, conforme anexo IV; Punho canelado; Gola canelada, recorte com formato meia-lua em ribana e pesponto largo (6mm), conforme anexo IV; Barra de 20mm galoneira (bitola 6mm); Símbolos e logos em Silk, conforme anexo IV do Termo de Referência.	30		

Recife, ____ de _____ de 2013.

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
DO TRT 6ª REGIÃO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA VENCEDORA

Anexo da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Registro das licitantes que aceitam cotar o bem com preço igual ao do licitante vencedor, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE	LOTE(S)
1º	EMPRESA: CNPJ:	
2º	EMPRESA: CNPJ:	
3º	EMPRESA: CNPJ:	
4º	EMPRESA: CNPJ:	
5º	EMPRESA: CNPJ:	